

CRISE E PERSPECTIVAS



MNS realiza 4º Reunião Nacional e ato contra o Racismo e o Racialismo

EDITORIAL:
A responsabilidade da
direção da CUT
Pág. 02

Perspectivas

Reformistas e centristas querem “regular” o funcionamento do anárquico sistema capitalista. Outros vêem a 3ª guerra mundial se aproximando. Os marxistas analisam a situação e as perspectivas concretamente.
Pág. 03

Situação da economia
internacional
Pág. 08

**Fábricas Ocupadas
no Congresso**



A luta continua e recebe apoios importantes. **Págs. 04, 05, 06, e 07**

**Minha Casa, Minha
Vida: O que é isso?**



Uma arquiteta marxista explica o plano de multiplicar a Cidade de Deus. **Pág. 12**

**Carlito Mers se
lixa para o povo**



Resistência popular cobra coerência e prefeito diz que promessa de campanha era “besteira”. **Pág. 15**

A Cúpula das Américas
Pág. 09

Direito de punir
Pág. 17

Os resultados da eleição e a
luta de classes na África do
Sul
Pág. 18

QUEM SOMOS E PELO QUE LUTAMOS?



A Esquerda Marxista é uma organização política que luta pelo socialismo. Somos a seção brasileira da Corrente Marxista Internacional - CMI, presente em mais de 30 países. Estamos ao lado dos trabalhadores e da juventude em suas batalhas do dia-a-dia rumo à sua emancipação. Juntos com os trabalhadores, ocupamos fábricas (Cipla, Interfibra, Flaskô e tantas outras). Na defesa dos postos de trabalho e direitos, desde 2002 construímos o Movimento das Fábricas Ocupadas na luta pela estatização sob controle operário, resistindo aos duros golpes, como a intervenção a mando do governo federal na Cipla e Interfibra.

Estamos com os trabalhadores rurais sem-terra e os sem-teto nas lutas por terra e moradia. Estamos nos sindicatos, na CUT, combatendo pelas reivindicações dos trabalhadores, contra os pelegos e os divisionistas. Impulsionamos o Movimento Negro Socialista, que tem papel destacado na luta contra o racismo e o racialismo – contra a divisão do povo trabalhador brasileiro em “raças”. E com a Juventude Revolução – organização de jovens da EM – estamos na luta da juventude por seus direitos e por um futuro digno; organizando a luta pelo passe-livre e por vagas para todos nas universidades públicas.

Somos uma corrente do Partido dos Trabalhadores, uma corrente que não se furta a combater a coalizão de Lula com a burguesia e a degeneração do partido, dessa forma nos ligamos aos milhares de petistas que continuam fiéis à sua classe e que não se esqueceram dos motivos pelos quais o PT foi fundado.

A responsabilidade da direção da CUT



A unidade e a mobilização podem derrotar os capitalistas

Por mais que os patrões, os governos, tentem de todas as formas propagar que a crise capitalista está sob controle, os fatos do mundo real desmontam suas mentiras. Os donos do capital estão igual barata em festa de inseticida. Não sabem para onde correr e quando correm tentam a todo custo passar em cima dos trabalhadores.

A crise do sistema capitalista tem levado os trabalhadores de vários países do mundo a usar de todas as formas de lutas para barrar os efeitos destruidores da crise. Greves Gerais na Grécia, França, Guadalupe, Inglaterra, Irlanda; grandes manifestações na Alemanha, Áustria, Madagascar; ocupações de Fábrica eclodem em vários países europeus, na Indonésia e até nos EUA!

Barack Obama liberou um pacote de US\$ 1 trilhão para extrair os ativos podres dos bancos. Os países do G-20 anunciam que vão arrecadar entre seus membros de US\$ 1,1 trilhão a US\$ 5 trilhões para “injetar” na

economia. Na verdade, mais dinheiro para somar aos cerca de US\$ 6 trilhões que já foram dados aos banqueiros, especuladores e empresários desde o início da crise. Em alguns meses foi dado a um bando de aves de rapina o montante correspondente a toda a riqueza que o Brasil inteiro levaria 5 anos para produzir.

No Brasil os efeitos da crise já são notados com o aumento do desemprego, arrocho de salários. A taxa de desemprego chega aos 12%. Sob esta pressão brutal, os trabalhadores são atacados pelos patrões que se aproveitam da crise para impor o banco de horas, lay off, redução da jornada com redução de salários, e contam com a ajuda da camarilha pelega que controla a maioria dos sindicatos no Brasil fazendo aumentar a exploração dos trabalhadores.

Governo Lula continua na sua trajetória. Aplica uma série de medidas para tentar salvar os capitalistas e os patrões e não apresenta uma única medida concreta para barrar as demis-

sões. Ao contrário do que tenta mostrar o governo e a mídia e o desemprego continua aumentando, apesar dos pacotes de Lula (diminuição de impostos para empresários, aumento do financiamento público para casas, carros, eletrodomésticos).

Na Embraer (4.270 foram demitidos), Vale (1.300 demitidos – e colocou mais de 2 mil em licença remunerada), CSN (1.200 demitidos), Flextronic (2.200 demitidos), Santander (400 demitidos), LG (400 demitidos) e muitas outras, ainda houve o Frigorífico Independência – um dos maiores exportadores de carne do Brasil – que teve várias unidades fechadas!

Mas, os trabalhadores resistem e lutam: Na Flaskô, fábrica ocupada, há quase 6 anos os trabalhadores enfrentam todo tipo de pressão e seguem produzindo e exigindo de Lula a estatização sob controle operário. Com as demissões em massa na Embraer foi retomada a luta por sua reestatização, assim como segue a luta pela reestatização da Vale e pela Petrobrás 100% estatal. A luta contra a privatização e pela propriedade pública dos meios de produção ganha força no momento em que a crise revela ainda mais a falência do capitalismo – sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção.

Mas sabemos que a única forma de fazer Lula tomar uma medida concreta em favor dos trabalhadores, contra os interesses dos patrões, é a mobilização de massas. E quem pode impulsionar isso hoje é a CUT – maior central sindical construída pelos trabalhadores – e os sindicatos em sua base.

ASSINE: LutadeClasses

Jornal da Esquerda Marxista - Pela reconstrução da 4ª Internacional

12 N°s R\$ 30,00 - 12 N°s R\$ 50,00 solidário

Rua Tabatinguera, 326 cj. 11 - Centro - São Paulo, SP - CEP: 01020-000 Fone: (11)3101-8810

jornal@marxismo.org.br - home: www.marxismo.org.br

Faça contato com a Esquerda Marxista
contato@marxismo.org.br

Alagoas: al-contato@marxismo.org.br

Brasília: df-contato@marxismo.org.br

Minas Gerais: al-contato@marxismo.org.br

Mato Grosso: mt-contato@marxismo.org.br

Mato Grosso do Sul: ms-contato@marxismo.org.br

Paraíba: pb-contato@marxismo.org.br

Pernambuco: pe-contato@marxismo.org.br

Paraná: pr-contato@marxismo.org.br

Rio de Janeiro: rj-contato@marxismo.org.br

Rio Grande do Sul: rs-contato@marxismo.org.br

Santa Catarina: sc-contato@marxismo.org.br

São Paulo: sp-contato@marxismo.org.br

Perspectivas

Reformistas e centristas querem “regular” o funcionamento do anárquico sistema capitalista. Outros vêem a 3ª guerra mundial se aproximando. Os marxistas analisam a situação e as perspectivas concretamente.



Serge Goulart
sergeoulart@marxismo.org.br

A atual crise destruirá imensas forças produtivas. Um enorme sofrimento está sendo imposto à classe trabalhadora, a juventude, os povos do mundo. Mas, desta vez as guerras provocadas pelo imperialismo vão continuar, mas não vai acontecer nenhuma Guerra Mundial. Nenhum imperialismo ou blocos do imperialismos secundários podem enfrentar os Estados Unidos, nem militar nem economicamente, sem se autodestruir. Ao contrário da Crise de 1929, esta não vai acabar em Guerra Mundial.

Os Estados Unidos não podem atacar os outros imperialismos (Alemanha, França, Inglaterra, Japão, e outros menores) sem se destruir economicamente e provocar uma rebelião dentro de casa. Sua economia é mundial e tem ramificações e interesses em todo o mundo hoje. Uma guerra com a China seria uma dupla loucura. Além do tamanho da China seria preciso encontrar uma boa razão para os EUA bombardear suas próprias fábricas e

negócios instalados em profusão naquele país.

A burguesia mundial está abalada política e moralmente. Só tem unidade para tentar salvar o capital através da ação do estado e do dinheiro público. Uma crise séria entre os governos imperialistas estabeleceria pânico total nas finanças e na economia mundial.

A burguesia não conta mais com a palavra dos poderosos no interior da classe operária, como foram na sua época os PC's e os PS's, para paralisar e desviar a luta de classes em cada um desses países, como aconteceu ao final da II Guerra Mundial.

UMA LONGA E DIFÍCIL RECOMPOSIÇÃO DAS FORÇAS OPERÁRIAS

Esta crise chegou quando a classe operária já estava em franca recuperação de suas forças após 20 anos dos ataques iniciados por Reagan e Thatcher. A classe operária reage hoje fazendo soprar um vento revolucionário que começou na América Latina (com Venezuela em primeiro lugar), mas que percorre o mundo.

A situação internacional obriga o imperialismo a praticar as “pequenas guerras”, como Iraque ou Afeganistão. Mas, estas não podem impulsionar a economia de armamentos o suficiente para restabelecer o equilíbrio da economia capitalista. Eles sabem que uma crise causada pela guerra pode acabar facilmente em revolução.

A crise se resolverá, na ausência de um partido revolucionário, como sempre é resolvida pela burguesia: com a destruição de enormes forças produtivas e com a ampliação da exploração da classe trabalhadora. Afundando no abismo do fechamento de fábricas, destruição de serviços públicos, desemprego, arrocho, dor e sofrimento,



A revolução mundial, isto é, a destruição do capitalismo, a concentração das energias revolucionárias do proletariado e a sua organização tem força agressiva e vitoriosa exigirá um período muito longo de combates revolucionários



a Humanidade vai passar por um mar tenebroso e emergir após certo tempo, outra vez, banhada num mar de sangue e suor da classe operária. Este ciclo infernal se repetirá enquanto a classe operária não realizar a tarefa que é só sua: liquidar este regime e seu estado.

Mas, para isso é preciso construir os instrumentos adequados a tarefa.

A CRISE AUMENTA A RESISTÊNCIA E DESPERTA AS CONSCIÊNCIAS

Cada novo ascenso das lutas operárias vai por a prova os dirigentes e burocratas do movimento operário. Não é por outra razão que pipocam em todo mundo greves com ocupação

de fábricas, incluídos a Inglaterra, Estados Unidos e o Canadá. Os freios da burocracia sindical e política estão gastos. Novas gerações trabalhadoras se incorporaram nestas últimas décadas ao exército proletário e estes não tem sobre si nem as derrotas do passado nem as mesmas ilusões nos velhos dirigentes. As novas gerações deverão forjar suas novas direções elas mesmas.

Os marxistas têm este objetivo. Os marxistas sabem que as novas gerações proletárias construirão com grandes dificuldades seus novos dirigentes, e o certo é que sustentarão suas organizações de massa até o limite de sua paciência e que construirão suas novas direções combatendo neste terreno. O caminho será necessariamente longo. Afinal, novos quadros revolucionários marxistas não se constroem em dias ou meses. É um trabalho de anos.

O CENTRO É A CONSTRUÇÃO DA ESQUERDA MARXISTA

Nestas circunstâncias é central explicar aos trabalhadores que a crise vai se aprofundar, forças produtivas imensas serão destruídas, mas ao final de certo tempo, impossível de prever hoje, a economia capitalista se porá outra vez em marcha. E os regimes burgueses conhecerão outra vez o equilíbrio, mesmo que instável nesta época de convivência entre revolução e contra-revolução.

O capitalismo mesmo em agonia mortal não morrerá sozinho. Ele precisa ser derrubado por um partido marxista, o partido do futuro da humanidade. Hoje, este partido ainda não existe no mundo. Mas ele se constrói com base na experiência do movimento operário revolucionário e nos métodos do verdadeiro marxismo.

Nesta situação é que os marxistas revolucionários devem intervir para construir a corrente operária revolucionária com influência de massas que porá fim ao regime de crises, guerras e sofrimento baseado na propriedade privada dos meios de produção.

Fábricas Ocupadas

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A luta pela estatização das fábricas ocupadas e pelo fim da intervenção na Cipla e Interfibra continua no Congresso Nacional.



Fábricas Ocupadas chegam para Audiência em Brasília

Carlos Castro

castrodireito@yahoo.com.br

Dia 20 de maio foram a Brasília dois ônibus com operários da Flaskô, além de militantes do MST, MTD, MTST, da Vila Operária e Popular, do MNS, da Juventude Revolução e de estudantes do CA de Direito da PUC Campinas. A mesa presidida pelo deputado federal, Fernando Nascimento (PT-PE, foi composta por Pedro Santinho (Flaskô), Cinthya Pinto da Luz (MNDH), Paul Singer (MTE) e por Vicentinho, deputado federal PT-SP.

O deputado Fernando Nascimento abriu o evento saudando os presentes: “Companheiros da Flaskô, meu mandato será um instrumento da luta de vocês”, afirmou. Cinthya Pinto da Luz afirmou: “A luta da Cipla e Interfibra de Joinville foi especial, porém difícil e muito dura. Os operários deram uma lição administrativa ao assumir as fábricas quebradas faturando R\$ 900 mil reais e levando o faturamento a R\$ 5 milhões e meio. Além disso, reduziram a jornada de trabalho para 30 horas semanais. Esta luta nos enche de orgulho”. Cinthya também chamou a atenção para a vergonhosa intervenção federal ocorrida na Cipla e Interfibra. “A nova forma de gestão aplicada pelos trabalhadores deveria ser admirada e estu-

dada pelo governo. Porém, ao contrário, o governo criminalizou esta experiência e seus trabalhadores. A intervenção federal eliminou a experiência, mas não a sua história. Hoje quase setecentos operários foram demitidos e nenhum centavo foi pago ao INSS”, informou.

Pedro Santinho disparou: “Esta é a quinta vez que viemos a Brasília. Ocupamos a Flaskô após três meses sem receber salário. Isto ocorreu num período em que mais de cem fábricas fechavam na região de Campinas. Para não correr isto conosco, decidimos seguir o exemplo da Cipla e Interfibra e ocupamos a fábrica. Naquele momento a Flaskô não fatu-

rava mais que R\$ 40 mil reais. Mas sob o controle dos trabalhadores chegamos a faturar um milhão”. Pedrinho informou sobre as conclusões de um estudo do BNDES e BRDE referente a Cipla e Interfibra: “Os próprios órgãos do governo chegaram a mesma conclusão que nós. A única alternativa para o governo receber o que era seu – em torno de R\$ 500 milhões de reais – seria transformar o passivo em ações para manter os empregos e devolver, ao longo do tempo, aos cofres públicos, a fortuna desviada pelos patrões. Mas o governo nunca nos respondeu sobre este estudo”. Pedrinho concluiu sua fala apresentando quatro propostas à Comissão do Trabalho (veja matéria na página...).

O professor Paul Singer representou o Ministro do Trabalho e falou da experiência das cooperativas e das fábricas ocupadas. Quanto a intervenção, o professor se ateve a um rápido comentário: “Os trabalhadores não podem ser criminalizados”.

O deputado João Paulo Cunha declarou: “Sou solidário ao movimento das fábricas ocupadas, inclusive assinei o abaixo-assinado da Flaskô”. João Paulo se colocou a disposição para ajudar na articulação junto a Presidência da República e os ministérios.

Sobre a experiência da ocupação, Vicentinho afirmou, “É a primeira vez que conheço uma experiência que foi tão longe. Só conhecia as cooperativas, o

modelo de vocês é inédito” e aproveitou para convidar o Pedrinho a comparecer numa audiência pública que vai ocorrer na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde vamos tratar deste assunto. Lá estarão presentes dirigentes sindicais de todo país e o governo. Vamos abrir o espaço



Vicentinho disse que “Os operários não só sabem comandar as fábricas como também sabem governar melhor que qualquer burguês...”. Quanto a reivindicação de estatização, falou: “Até o Barak Obama indica esta saída para a crise”.

para que o Pedrinho possa levar esta bela luta. E é assim mesmo, onde a peãozada toma conta, a jornada só podia ser de 30 horas.

Os presentes puderam também intervir. Carlos Castro da Cipla falou na intervenção ocorrida na Cipla e Interfibra e reivindicou da Comissão do Trabalho que desse fim neste processo vergonhoso para recolocar o controle das fábricas nas mãos dos trabalhadores. Chaolin solicitou que se viabilize um marco legal para impedir o fechamento da fábrica e assim, manter os empregos. Faustão da CUT Pernambuco informou que a Central tem deliberação contra a intervenção. Fernando, da Flaskô, comentou que a experiência de ocupação deve servir de exemplo para os trabalhadores impedirem que outras fábricas fechem. Para ele, a Petrobras poderia comprar a produção da Flaskô. Tal medida manteria o funcionamento da fábrica. Alexandre da Flaskô se concentrou na questão legal e Carlão também da Flaskô foi o último a falar. Para ele, com 52 anos de idade, não haverá mais lugar para trabalhar se a Flaskô fechar.



Na embaixada da Venezuela, solidariedade com a Fábrica Ocupada Inveval.

Repercussão da Audiência Pública

Reproduzimos abaixo a matéria publicada, em 20/05/09, pelo Boletim da bancada do PT na Câmara Federal, relatando a Audiência Pública realizada nesta data em Brasília. A matéria é assinada pela jornalista Vânia Rodrigues.

Industrial de Embalagens Ltda, de Sumaré (SP), e da Cipla e Interfibra, indústria transformadora de plásticos, de Joinville (SC). O representante dos trabalhadores, Pedro Santinho, fez um histórico das ocupações, todas iniciadas em 2002, depois das fábricas terem ficado sem pagar salário e direitos trabalhistas. Na Flaskô, por três meses, e na Cipla por nove meses. Ele citou números que mostram que as fábricas falidas e ocupadas por empregados estão em pleno funcionamento, pagam os funcionários em dia, têm um pequeno lucro, mas insuficiente para cobrir as dívidas passadas das empresas.

“As três empresas juntas devem de impostos e tributos cerca de R\$ 500 milhões, dívida impossível de ser paga com a atual produção da empresa”, afirmou. A proposta dos trabalhadores é de que essa dívida seja transformada em ações adquiridas, por exemplo, pelo BNDES.

Cooperativas - Representando o Ministério do Trabalho, o secretário nacional de Economia Solidária, Paul Singer, citou que atualmente no Brasil centenas de fábricas foram recuperadas pelos trabalhadores. Ele explicou, no entanto, que existe uma diferença entre fábricas recuperadas e fábricas ocupadas. Nos dois casos são empresas falidas e que estão produzindo sob gestão dos trabalhadores, mas, nas recuperadas é decretada a falência, se encerram os direitos trabalhistas e os operários criam uma cooperativa para gerir a fábrica. Quando a fábrica é recuperada ela é leiloada e os próprios trabalhadores podem adquiri-la. Nas ocupadas a gestão é dos operários, mas eles continuam com vínculos empregatícios regidos pela CLT. Também não há leilão quando a empresa



Mesa da Audiência no Congresso.

é recuperada (ele quis dizer “ocupada” – nota do JLC).

Paul Singer disse ser solidário ao movimento das fábricas ocupadas, mas enfatizou que sem o amparo legal, sem uma legislação específica para o setor, os gestores das fábricas ocupadas, continuarão sendo criminalizados e não terão como conseguir crédito para expansão da produção. “Não posso pedir que vocês abram mão dos direitos trabalhistas, que seja formada uma cooperativa. Mas aconselho a aproximação com as cooperativas para que sejam encontradas saídas jurídicas para a

situação”. Ele elogiou também a iniciativa dos deputados petistas em buscar a formulação de uma lei que possa resolver a situação.

Os deputados João Paulo Cunha, Vicentinho e Fernando Nascimento se declararam solidários com a luta dos trabalhadores das fábricas ocupadas e ressaltaram que a melhor forma de legalização é a formação de cooperativas. “Esse novo modelo de gestão, amparado por uma legislação específica, pode ser uma saída, principalmente nesse momento de crise financeira internacional, afirmaram.



PETISTAS QUEREM ALTERNATIVA LEGAL PARA AS FÁBRICAS OCUPADAS POR TRABALHADORES

20/05/09 - 15:24 Os deputados petistas **Fernando Nascimento (PE), João Paulo Cunha (SP) e Vicentinho (SP)** vão estudar alternativas legais que possam ajudar a resolver os problemas jurídicos das fábricas ocupadas e geridas por trabalhadores. A decisão foi anunciada nesta quarta-feira, em audiência que discutiu o tema na Comissão do Trabalho. “Vamos verificar se é possível apresentar um projeto de lei que garanta a esses trabalhadores o direito de administrar e manter em funcionamento essas fábricas que faliram sem pagar os direitos trabalhistas. Vamos buscar uma saída para que sejam mantidos os empregos e a produção sem que estes trabalhadores sejam criminalizados”, afirmou Fernando Nascimento, autor da iniciativa do debate.

A audiência pública contou com a presença de trabalhadores da Flaskô

As propostas dos trabalhadores

A posição adotada pelos deputados é importante no apoio a este movimento, mas não se pode esquecer que o governo Lula já tem na mão todos os instrumentos para resolver a questão. Além disso, os deputados podem e devem tomar a iniciativa de propor um Decreto Legislativo que exproprie as fábricas ocupadas e determine o fim da intervenção e a imediata devolução da Cipla e Interfibra para os Conselhos de Fábrica legitimamente eleitos pelos trabalhadores.

Os trabalhadores reafirmaram sua posição pela estatização sob controle dos trabalhadores das fábricas ocupadas e pediram na Audiência Pública que o Congresso decida por:

1. Suspensão de todos os processos de execução promovidos pela Fazenda Nacional que hoje ameaçam o funcionamento e os

empregos dos trabalhadores da fábrica ocupada Flaskô Industrial de Embalagens.

2. Suspensão de todos os processos de criminalização dos trabalhadores e seus dirigentes em função das dívidas relacionadas.

3. A apresentação de um **DECRETO LEGISLATIVO** pela expropriação da empresa Flaskô, da Cipla e Interfibra, com o claro objetivo de defender os empregos.

4. Assumir as fábricas via BNDES, através da transformação do passivo tributário (quase todo com o governo federal) em ações.

5. Suspensão da Intervenção na Cipla/Interfibra e a devolução das fábricas para o Conselho de Fábrica eleito pelos trabalhadores, além das medidas cabíveis como a acima para a manutenção dos empregos.



Um plenário atento espera respostas.

Deputado Federal Fernando Nascimento (PT/PE) apóia luta das Fábricas Ocupadas

O deputado federal Fernando Nascimento, PT-PE, convocou em 20 de maio uma Audiência Pública no Congresso Nacional sobre a questão das Fábricas Ocupadas a pedido do movimento. O Jornal Luta de Classes entrevistou o companheiro sobre esta importante iniciativa de defesa do movimento operário. Fernando Nascimento é professor e diretor do sindicato dos professores de Pernambuco.

JLC: Deputado, porque o companheiro convocou essa audiência Pública das Fábricas ocupadas CIPLA E FLASKÔ?

Fernando Nascimento: No primeiro momento que fui convidado a acompanhar o movimento de Fábricas ocupadas, representado pelos trabalhadores da Flaskô e Cipla, solidarizei-me com a luta, uma vez que trata da autogestão dos trabalhadores. Tal experiência encerra muitas peculiaridades e desafios, sendo a união e a luta dos trabalhadores o elemento de maior importância no sentido de pautar a consolidação do Estado como principal

responsável e garantidor da viabilidade das empresas ocupadas. O objetivo da Audiência Pública que convocamos visa à ampliação desse debate na sociedade, assim como, dialogar com os setores governamentais no âmbito de suas contribuições e atribuições, estabelecendo relações mais eficientes e eficazes dentro da demanda das fábricas ocupadas.

JLC: O que o companheiro acha da luta dos trabalhadores dessas Fábricas, pela estatização como a única forma real de garantir os empregos?

Fernando Nascimento: Considero fundamental essa bandeira, já que o estágio que levou as mesmas empresas ao abandono pelos seus dirigentes, normalmente tem ressonância com um nível alarmante do não cumprimento de suas responsabilidades financeiras, déficits, e outros problemas tão sérios quanto. De modo que a ousadia dos trabalhadores em pleitear a estatização, convoca o Estado a adentrar esse nível emblemático da empresa, sinalizar e implementar medidas que mantenham os postos de trabalho vivos, com condições dignas, bem como projetar a empresa na dinâmica comercial e social no local onde a mesma está instalada.

JLC: O que o companheiro acha da luta pela estatização?

Fernando Nascimento: Vivemos um momento no Brasil em que se faz salutar reconhecer as ações governamentais implementadas pelo Governo LULA, principalmente no sentido de frear o processo de privatização defendido anteriormente. Está claro para mim, o compromisso social que o Governo do Presidente Lula assume, de modo que, cabe aos movimentos sociais pautar, com o apoio de outros setores, essa demanda, o que não é simples, dada realidade econômica que ainda rege a maioria dos países, sob a vigência do capitalismo. Todavia, considero esse um momento propício, uma vez que, a crise econômico-finan-



Trabalhadores das Fábricas Ocupadas continuam sua luta em Brasília.

ceira atual, remete-nos ao fiasco que o sistema capitalista levou a humanidade, quebrando inicialmente os seus principais defensores e propagadores internacionais. É a oportunidade de fazer valer nossa ideologia, é o momento de consolidar o Estado como responsável pela dinâmica econômica, considerando o social como eixo central e detentor de suas relações. Acredito que pela estatização o Estado brasileiro galgará novos tempos mais favoráveis ao seu próprio povo.



fazer valer nossa ideologia, ...consolidar o Estado como responsável pela dinâmica econômica, considerando o social como eixo central... Acredito que pela estatização o Estado brasileiro galgará novos tempos mais favoráveis ao seu próprio povo.



JLC: 4º O que pensa sobre o 2º Encontro Latino Americano de Fábricas Recuperadas por Trabalhadores que vai ocorrer em Caracas, na Venezuela, nos dias, 25,26 e 27 de Junho de 2009?

Fernando Nascimento: A Venezuela representa para os movimentos de esquerda do mundo inteiro um referencial importante, ousado, destemido. A realização do 2º Encontro Latino Americano de Fábricas Recuperadas por Trabalhadores, em Caracas, fortalecerá a luta em todo o conjunto dos países latino americanos. Um espaço que provavelmente proporcionará intercâmbios, diálogos em torno da dinâmica de cada fábrica ocupada e recuperada.

Suponho que os trabalhadores e dirigentes brasileiros, desse âmbito, reunirão elementos importantes para a manutenção das fábricas, bem como para a motivação e, cada vez mais, mobilização.

Trabalharei na intenção de acompanhar o evento em Caracas, somando nossas forças na defesa dos trabalhadores organizados na recuperação de fábricas, bem como pela indispensável responsabilidade do Estado no que tange à dinamicidade das mesmas.



Deputado Fernando Nascimento PT/PE.

Metalúrgicos

Convite aos trabalhadores do setor automobilístico da América Latina para participar do II Encontro Latino Americano de Fábricas Recuperadas por Trabalhadores.

Na etapa atual da crise capitalista, um dos setores mais afetados pela crise geral de superprodução é o setor automobilístico. Isso implica uma ofensiva geral das grandes multinacionais deste setor contra os trabalhadores para que sejamos nós os que paguemos a conta da crise através de demissões, fechamentos de fábricas, perdas de direitos, terceirização, etc.

Frente a estes ataques os trabalhadores do setor automobilístico temos dado respostas em todo mundo, dos Estados Unidos até a Europa, da América Latina ao Sudeste Asiático. Temos realizado todo tipo de ações de luta em defesa de nossos postos e condições de trabalho, desde greves até ocupações de fábricas. Na Venezuela, os trabalhadores do setor automobilístico e, particularmente os do estado Anzoátegui, temos mantido uma luta contundente nos últimos meses nas empresas “MMC Automotriz”, “Vivex” e “Macusa” que foram ocupadas suas fábricas durante semanas. No caso da “MMC” (Mitsubishi) a luta custou a vida de dois colegas durante uma agressão policial para desalojar a fábrica que permanecia tomada.

Depois de duras lutas conseguimos uma vitória sobre as posições da patronal onde se reconheciam reivindicações históricas para os trabalhadores da “MMC”, bem como o pagamento dos salários devidos durante os mais de 50 dias de ocupação. Agora, a fábrica está em processo de voltar a suas atividades. Ainda assim a luta continua. No caso dos camaradas da “Vivex”, os mesmos continuam com a fábrica ocupada com

a perspectiva de que o governo bolivariano nacionalize a planta.

Os trabalhadores do setor automobilístico temos que nos organizar para frear esta agressão patronal e desenvolver uma estratégia internacional de luta contra os planos das multinacionais. Por tudo isso, apoiamos e convocamos o II Encontro Latino Americano

de Empresas Recuperadas por Trabalhadores, para que os trabalhadores e sindicatos do setor automobilístico participem e debatam os problemas dos trabalhadores do setor automobilístico, a luta pelo controle operário e a nacionalização como alternativa a crise do setor.

Por todo isso fazemos um chamado

a todos os trabalhadores do setor automobilístico da América Latina, EEUU, Canadá ou qualquer organização sindical do mundo, do setor automobilístico, a participar neste II Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas por Trabalhadores que ocorrerá em 25,26 e 27 de junho de 2009 na cidade de Caracas na Venezuela.

A preparação do II Encontro na Argentina publicada pela CTA (Central dos Trabalhadores da Argentina)



Assinado: *Félix Martínez, secretário geral do “Singetran” (Sindicato de Trabalhadores Nova Geração de MMC/Mitsubish-Venezuela)
*Yeant Sabino, secretário geral do “Sindicato Sutra-Vivex” (Fabrica de vidro automobilístico, ocupada).



Situação da economia internacional

Enquanto a economia continua a afundar a burguesia, seus porta-vozes continuam a mentir sobre a realidade tentando esconder o desastre.

COBERTURA DE IMPRENSA



Luiz Bicalho

luizbicalho@gmail.com

Em matéria anterior (“Já começaram a recuperação econômica?”, JLC, nº 20), apresentamos os números que mostravam a falácia da recuperação da economia no Brasil. Os leitores não de nos perdoar por não termos os dados mais detalhados em nível internacional. Ficaremos então nos grandes números, particularmente do comércio internacional.

As bolsas em todo o mundo encontram-se em movimentos de vai e vem. O índice da Bolsa de Nova York, que chegou a cair abaixo dos 7.000 pontos, encontra-se agora um pouco acima dos 8.000 pontos. Entretanto, no auge, este índice se encontrava acima dos 14 mil pontos. Nos EUA e na Europa, os bancos centrais conduzem “testes de stress” com as instituições financeiras, para determinar se vão sobreviver à crise. Companhias fantasmas, outrora gigantes industriais, como a Chrysler e a GM, arrastam-se para não morrer. O desemprego cresce nos EUA e na Europa e, todo dia, algum novo índice “negativo” é publicado.

Ah, e todos os olhares, todos os corações e mentes, voltam-se para a China. A China, com seus bilhões de habitantes miseráveis, vai nos salvar.

Eles não de consumir, eles não de produzir, eles vão crescer. Glória para a China!

Entendamos: a China realiza (ain-



A Europa, os EUA, o Japão, estes, já são dados como “casos perdidos”. As massas de dinheiro continuam a ser injetadas na economia, particularmente nos bancos, mas eles não reagem.



da) um movimento em que centenas de milhões de homens e mulheres deixam as aldeias camponesas e são jogados nas cidades para construí-las, para construir imensas obras públicas, para trabalhar nas fábricas que vão exportar todo tipo de mercadoria barata - garantidas pelo baixo preço da mão de obra chinesa - para o mundo inteiro. A China, tal qual o Brasil nos anos do “milagre econômico” crescia vertiginosamente entre 10 e 12% ao ano (no Brasil, chegou-se a ter um crescimento de 14% em um ano). Sim, a industrialização e o crescimento das cidades constituem um impulso econômico

notável. Entretanto, pecado dos pecados, o comércio exterior chinês caiu por volta de 20-25%. Engraçado como esta estatística corre o mundo: todos os países têm queda semelhante (entre 20 a 25%) no comércio exterior. Claro, se um deixa de vender... o outro deixa de comprar. E todos os economistas procuram ansiosos os sinais de que o pacote econômico chinês permitirá uma “recuperação”, permitirá que a China continue a crescer como antes...

A Europa, os EUA, o Japão, estes, já são dados como “casos perdidos”. As massas de dinheiro continuam a ser injetadas na economia, particularmente nos bancos, mas eles não reagem. A única reação até agora notável é que depois de imprimir (quer dizer, no mundo atual, criar eletronicamente) dinheiro a rodo, o dólar perde valor frente a todas as moedas internacionais. Logo no começo da crise o real despencou e saiu de um valor de R\$ 1,50 por dólar para um de R\$ 2,50 por dólar. Nos últimos dias, é o dólar que despenca e 2 reais passam a valer um dólar.

Assim, não é de espantar que o preço do petróleo volte a subir. Ah, e para estes economistas de plantão que de teoria econômica não entendem um vírgula, expliquemos: se o preço da

moeda cai, isto significa que todos os outros ativos expressos nesta moeda vão subir. Então os preços estão subindo nos EUA? Não. Estão estáveis... ou decaindo. Em outras palavras, estamos em um período de deflação, em que os preços caem por falta de compradores (ou, se podemos nos exprimir mais corretamente, se produz muito mais do que o mercado capitalista pode suportar).

Claro, sempre sobram coisas e setores que mantêm os preços (como a energia elétrica, mantida artificialmente alta), mas todo mundo nota que artigos supérfluos, inclusive os de alto preço (por exemplo, TV LCD full HD), tem seus valores deflacionados. E isto no Brasil, nos EUA...

A quebra das grandes empresas automobilísticas levará a quebra de vários componentes na cadeia produtiva (produtores de autopeças, concessionárias, etc). Ou seja, ao contrário do que nos dizem os “analistas” de plantão, os vulgarizadores da economia que dela nada entendem, a crise está começando e ainda vai se aprofundar. As casas de lata, os *trailers*, as barracas que hoje se encontram em algumas cidades americanas e cujas imagens chocaram o mundo vão aumentar. E não é preciso ser gênio para ver isto.



Nos EUA surgem cidades de Trailers.

A cúpula das Américas



Lula joga um papel central nos planos de Obama para as Américas.

“Essa é a Cúpula de Obama”, comentário de um diplomata brasileiro.

Luiz Bicalho

luizbicalho@gmail.com

Sim, todos os países da América se reuniram. Os jornais, é claro, debruçaram-se nas discussões, nas fofocas e nas imagens, procurando entender o significado das discussões e o que lá se decidia.

Antes do encontro, uma reunião da ALBA¹ decidiu que os países participantes não iriam assinar a declaração final (já preparada). Multipli-



estes senhores não se impressionam com os gestos e com as palavras, mas sim com o posicionamento concreto do que está sendo feito por cada um dos governos.



cavam-se as pressões pelo fim do bloqueio a Cuba, quando Obama autorizou viagens e remessa de dinheiro para ilha. E, no dia 17 de abril, o encontro começou.

A Cúpula foi aberta pelo presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, que resolveu se lembrar dos tempos de luta contra Somoza e fez um discurso agressivo contra o imperialismo. Foi solenemente ignorado por Obama. Durante a Cúpula toda a tentativa era, por parte dos Chefes de Estado presentes, conseguir uma “conversa”, um “pitaco” com Obama. A grande exceção a este “beijamão” era o presidente Lula que tinha sido recebido por Obama anteriormente e que, durante a reunião do G-20, já havia sido agraciado com “este é o cara”.

Chávez levantou-se durante a reunião e foi presentear Obama com o livro *As Veias Abertas da América Latina*. Vai repetir o gesto de procurar Obama para cumprimentá-lo por mais quatro vezes.

Um progresso? A diplomacia americana avalia (*Folha Online*, 18 de abril):

“Com alguns países começamos uma nova relação, mas, apesar de os apertos

de mão, as fotografias e os sorrisos serem importantes, não são o principal. Nas próximas semanas, julgaremos se começou verdadeiramente uma nova era nas relações”, disse o vice-conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, Denis McDonough.

“As ações falam mais alto que as palavras, embora as palavras venham em sequências de 50 minutos”, ironizou Gibbs, porta-voz de Obama.

Sim, como homens experientados e duros, que sabem muito bem o peso dos EUA, estes senhores não se impressionam com os gestos e com as palavras, mas sim com o posicionamento concreto do que está sendo feito por cada um dos governos.

E o que decidiu a Cúpula? Nada, rigorosamente nada. Com a ameaça de não assinatura do documento final por parte de alguns países (documento cuja parte mais importante era a defesa enfática do capitalismo), delegaram ao representante de Trinidad e Tobago que somente este assi-

nasse o documento. Grande. Um dia de glória para o pequeno Trinidad e Tobago.

O que sobrou de concreto? Sobrou que Obama agora conhece seus “pares” e eles o conhecem. Ou seja, o “dono” do continente recebeu as homenagens e cumprimentos de sempre, “abriram-se” vias para maiores negociações. E a crise, que continua, mostra bem o vazio que são estas “relações”.

Lula, espelhando exatamente este vazio, declarou em seu programa de rádio:

“Eu acho que nós demarcamos uma nova história de relação na América Latina, sobretudo entre América Latina, Caribe e Estados Unidos. Se os Estados Unidos quiserem, eles têm a chance de fazer um novo capítulo na história, não de ingerência, mas de parceria, de construção de coisas positivas com os países da América Latina e do Caribe”. Sim, se os EUA quiserem. Mas, quem disse que eles querem?



Diplomacia do porrete e da cenoura.

(1) Alternativa Bolivariana das Américas, animada por Hugo Chávez e com a presença de Cuba, Bolívia, Paraguai, Equador e Nicarágua.

Crise e desemprego na América Latina

O vento revolucionário e a crise econômica mundial.



Fila de trabalhadores à procura de emprego no Brasil.

Alex Minoru

alexminoru@yahoo.com.br

Foram cerca de 5 anos de expansão econômica na América Latina. Agora vemos a queda, o princípio do abismo: o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em todos os principais países latino-americanos em 2008 foi inferior ao crescimento de 2007. Para citar apenas a média geral da região, enquanto o crescimento do PIB foi de 5,7% em 2007, em 2008 caiu para 4,5%. As previsões para 2009? Bom, a cada dia sai uma nova previsão que, como no caso das previsões para o Brasil, são sempre inferiores à anterior. Os governos tentam manter os dados em um patamar mais otimista, mas o FMI, que precisa ser um pouco mais realista, divulgou a previsão de retração de 1,5% nesse ano para a América Latina, o mesmo FMI que em outubro de 2008 tinha previsto crescimento de 3,2%.

Os capitalistas sabem que a situação é grave, bastante grave para seu sistema doente, mas eles tem o cuidado de não espalhar o descontentamento e o pânico, maquiando a verdadeira situação. Enquanto isso, buscam freneticamente estancar o problema de forma pouco eficiente, utilizando o método deles: jogar a conta nos ombros da classe trabalhadora.

A LUTA PELO EMPREGO

A luta pelo emprego é a luta pela dignidade da classe trabalhadora. O capitalismo precisa destruir forças produtivas para solucionar essa crise de superprodução. Entre as medidas estão o fechamento de fábricas e as demissões. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) fez uma previsão em janeiro de que seriam mais de 50 milhões de novos desempregados em 2009 no mundo todo.

País	PIB %		
	2007	2008	2009 (previsão FMI)
Brasil	5,4	5,24	-1,3
México	3,1	2,15	-3,7
Argentina	8,7	6,2	-1,5
Chile	5,1	3,9	0,1
Venezuela	11,8	6,0	-2,2
América Latina	5,7	4,5	-1,5

Na América Latina o desemprego também cresceu. Segundo a OIT seriam 2,4 milhões de novos desempregados em 2009. No Brasil, de dezembro para cá, já foram fechados quase 1 milhão de postos de trabalho; na Argentina, o saldo do primeiro trimestre de 2009 foi de 38 mil demissões e 129 mil trabalhadores em férias coletivas. No México, a previsão do governo é de que serão perdidos 300 mil postos nesse ano. Em fevereiro a taxa de desemprego nesse país chegou a 5,3%, a maior em 10 anos. A esses números devem ser acrescentados os milhões lançados no trabalho informal. Mesmo que o desemprego, em alguns países, possa até diminuir em alguns períodos, o que nos importa é ver o movimento geral e assim fica evidente que, no Brasil, na América Latina e no mundo, o desemprego aumenta.



Os países latino-americanos, de desenvolvimento econômico atrasado, de forma alguma poderiam estar blindados da crise econômica, pois são países dependentes das economias imperialistas



Os países latino-americanos, de desenvolvimento econômico atrasado, de forma alguma poderiam estar blindados da crise econômica, pois são países dependentes das economias imperialistas, uma crise fora reflete inevitavelmente nessas economias. A queda na produção dos países ricos leva a uma menor exportação de matéria-prima por parte dos países latino-americanos, assim como se uma empresa multinacional vai mal, seja ela americana, japonesa ou europeia, suas fábricas no Brasil, no México, ou na Argentina, terão que fazer cortes. O capitalismo é global, por isso suas crises são inevitavelmente globais.

Mesmo a ponta mais avançada da revolução latino-americana, a Venezuela, sofre inevitavelmente as consequências dessa crise, isso porque ainda existe lá uma economia de mercado, a propriedade privada dos meios de produção e dos bancos. Apesar de existirem avanços: fábricas expropriadas, a proibição de demissões dos que recebem menos de 3 salários mínimos, etc... Enquanto o sistema capitalista não for enfim enterrado, o sofrimento causado por ele não vai cessar.

OCUPAÇÃO CONTRA DEMISSÕES

Uma luta que se espalha por todo o continente e pelo mundo são as ocupações de fábricas. Na Venezuela, fábricas nacionalizadas ou ocupadas se reúnem na *Frente Revolucionária de Trabalhadores de Empresas em Co-gestão e Ocupadas (FRETECO)*, no México há a ocupação da fábrica Olympia. Há fábricas ocupadas no Paraguai, na Argentina, no Brasil. Esse é o caminho!

Essa é a luta em defesa do emprego que aponta a necessidade de estatização, sob controle dos trabalhadores, de todas as empresas e bancos, luta que mostra na prática a inutilidade dos patrões, e por isso, a importância do 2º Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores. O vento revolucionário, que sopra por todo o continente, precisa se intensificar diante da evidente falência do atual sistema. Deixando claro para todos os povos que única saída positiva para a nossa classe é a revolução e o socialismo.



A revolução prossegue na Venezuela.

O mercado de trabalho e a crise

Mais queda no emprego industrial.



Legenda da Foto

Daniel Feldman

dafeldbr@yahoo.com.br

Apesar de todo oba-oba em torno da “recuperação” da economia brasileira, os dados recentes sobre emprego industrial indicam uma conjuntura muito diferente. Os recentes números divulgados pelo IBGE confirmam que a crise continua, se traduzindo em pesadas demissões para a classe operária.

Tendo como base os dados de março de 2009, constatamos que o emprego na indústria teve o pior desempenho desde o início das pesquisas do IBGE em 2001: o nível de emprego caiu 5% em relação a março de 2008. O indicador mostra ainda uma queda acumulada de 5,8% desde outubro, mês de “estouro” da crise.

Todas as 14 regiões investigadas pelo IBGE reduziram o número de ocupados em relação a março do ano passado, destacando-se São Paulo (-4,0%), Região Norte (-8,6%), Centro-Oeste (-8,6%) e Minas Gerais (-6,2%).

Não apenas não há perspectiva de recuperação imediata, como também as transformações recentes no mercado de trabalho brasileiro tendem a um maior pessimismo. Vejamos...

Ano	Admissões	Desligamentos	Saldo
1998	8.067.389	8.649.134	-581.745
1999	8.181.425	8.377.426	-196.001
2000	9.668.132	9.010.536	657.596
2001	10.351.643	9.760.564	591.079
2002	9.812.379	9.049.965	762.414
2003	9.809.343	9.163.910	645.433
2004	11.296.496	9.773.220	1.523.276
2005	12.179.001	10.925.020	1.253.981
2006	12.831.149	11.602.463	1.228.686
2007	14.341.289	12.723.897	1.617.392
2008	6.659.331	15.207.127	1.452.204
Fonte: Dieese/CAGED			

TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

Nos últimos anos é fato que o Brasil passou por um relativo crescimento econômico. O *boom* das exportações e o aumento dos investimentos externos diretos foram os principais responsáveis por um aquecimento da economia que teve seus reflexos nos índices de emprego antes da crise. O governo utilizou os indicadores de crescimento e de emprego para fazer propaganda de seus feitos, como quando comemorou o saldo de empregos formais no Brasil em 2008 – mais de 1,4 milhões.

Todavia, um olhar mais atento para a trajetória do emprego formal nos últimos anos – não apenas industrial, mas de to-

dos os setores - indica uma situação contraditória com o otimismo oficial. Basta um olhar atento sobre as estatísticas.

O relatório do DIEESE de março de 2009, por exemplo, nos traz dados sugestivos (veja tabela).

É fácil notar que o número de admissões em empregos formais cresceu muito nos últimos 10 anos. Entretanto, o número de desligamentos também cresceu enormemente.

O que isso mostra? Existe uma tendência cada vez maior de empregos temporários e flexíveis. O Brasil não se “blindou” contra as transformações recentes do capitalismo que implicam em terceirizações, desregulamentação e sazonalidade do trabalho. Da mesma forma que é fácil contratar, é fácil demitir. Em 2008, as demissões com prazo inferior a um ano de

lhões de jovens que entram para o mercado em busca de emprego. Deste modo, o número de empregos formais cobre apenas 37,6% das pessoas em condições de trabalhar. Os outros 62,2 % figuram nas estatísticas como desempregados ou como portadores de empregos informais sem quaisquer direitos trabalhistas.

▄▄ Ainda assim, o salário do trabalhador é menor hoje do que em 1998. **▄▄**

Além do crescimento do número de empregos formais ter sido insuficiente, o rendimento médio dos trabalhadores formais caiu no período. Em 1998, o rendimento médio do trabalhador era de R\$1.455, em 2004 caiu para R\$ 1.282 e em 2007, com a recuperação econômica, cresceu para R\$ 1.395¹. Ainda assim, o salário do trabalhador é menor hoje do que em 1998.

Outro dado significativo do DIEESE: nos últimos 10 anos, o salário médio dos admitidos em cada ano é em média 12% menor do que o salário dos demitidos no mesmo ano. Ou seja, os novos empregos gerados tendem a ser pior remunerados.

OTIMISMO?

Por fim, por que não há margem para qualquer otimismo? Com a crise que vivemos, a sazonalidade do mercado de trabalho brasileiro tende a multiplicar as demissões. Se a precarização ajudou a gerar um saldo positivo de postos de trabalho nos últimos anos, agora a mesma precarização tende a uma brutal inversão da tendência. É significativo neste sentido que as regiões que mais estejam demitindo na indústria com a crise (Norte e Centro-Oeste), são justamente as que mais tiveram crescimento de empregos no período passado segundo o Dieese. Por trás dos números, a dura realidade...

contrato foram responsáveis por 60% das dispensas. Ou seja, dentre as 15,2 milhões de demissões deste ano, nada menos que 9 milhões atingiram contratos realizados a menos de 12 meses.

Se tomarmos o número de empregos formais de 1998 até 2007 do DIEESE veremos um crescimento de 24,5 milhões para 37,6 milhões de postos de trabalho. Estes números parecem muito significativos. Mas também escondem fatores-chave.

O Brasil é um país com uma população economicamente ativa de 100 milhões de pessoas. Além disso, anualmente são mi-

(1) Os dados de rendimento tomam como referência os preços de janeiro de 2009.

O novo Programa Habitacional de Lula

Ugiat. Il er suscip ex ea ad dolor incillaorem zzriliquip esto coreratie ming enibh eum quatem zzrilit laore magnim vel ulla facipisi tie dio odio od molent eu feugue tis atummy nonsecte te tisi. Nulputem vel utpat. Min er se commy nulla commy nos nulla faccum dolutpatem



O povo trabalhador tem que morar assim para as construtoras lucrarem?

Leslie Loreto

leslieloreto@gmail.com

No final de março de 2009, Lula anunciou o plano *Minha Casa, Minha Vida*, com a intenção de construir 1 milhão de casas em 2 anos. O plano conta com cerca de R\$ 60 bilhões, sendo R\$ 16 bilhões destinados para a construção de habitação popular, atendendo famílias com renda de até 3 salários mínimos e que pagariam parcelas de R\$ 50. O discurso do governo é que o programa se destina a combater o enorme déficit habitacional no Brasil, gerar empregos e “fazer a roda da economia girar”. A primeira vista parece fabuloso. Mas olhemos mais de perto.

Segundo o IBGE, o déficit de habitação no Brasil gira em torno de 7,2 milhões de habitações e concentra-se principalmente na região sudeste do país (sendo 1,5 milhões só em São Paulo). Desse total, 93% são famílias com até 3 salários mínimos, porém, do total do plano, apenas 40% do investimento é destinado a elas. Ou seja, nem de longe o plano conseguiria atender a demanda. Numa economia socialista, por exemplo, os planos habitacionais seriam pensados a curto e longo prazo, sanando a demanda gradativamente, e feitos em conjunto com o planejamento urbano das cidades.

Lula está há anos-luz de tal proposta. Porém, ainda que não resolva o

déficit habitacional, poderíamos pensar que ao menos teríamos algumas boas casas para a população. Mas nem isso se pode esperar. Segundo a Caixa Econômica Federal, alguns dos critérios para as habitações são uma área útil de apenas 32m² e altura, do piso ao teto no banheiro, de 2,20m (medidas menores do que adotam a COHAB, por exemplo) e não menciona nada acerca de infraestrutura para as casas (arruamento, áreas verdes, transporte, equipamentos públicos ou mesmo saneamento e abastecimento de água). Imaginem um milhão de casinhas espalhadas pelo país, sem arruamento, sem luz, água encanada ou mesmo uma escola ou praça por perto.

O Plano é a multiplicação das “Cidades de Deus” pelo Brasil afora

E como a demanda é realmente grande, a população será obrigada a aceitar o que lhe for disponibilizado.

E, para interesse dos donos de construtoras, alguns dos princípios de funcionamento do plano consistem em:

- Disponibilizar crédito altamente subsidiado para que construtoras e empreiteiras construam as casas, já que estas serão as proponentes, sem que corram o risco da “venda” da casa. Se a demanda for maior que a oferta (o que ocorrerá) as casas serão sorteadas e o ônus do valor da casa vai para o trabalhador, que assumirá a dívida. Ou seja: o plano dá dinheiro para as construtoras e tira toda a possibilidade de prejuízo

zo que poderia ocorrer se elas tivessem que vender a habitação;

“Flexibilizar” supostos entraves burocráticos para agilizar processos de aprovação habitacionais, como leis ambientais. Teremos uma corrida das empreiteiras em fazer casas em qualquer lugar, ocupando lugares de preservação ambiental.

Priorizar prefeituras que doam terras e dão isenção fiscal para as

L Lula mais uma vez traz a velha tática de gerar emprego através da construção civil, como no PAC. Não se trata, porém, de desenvolver a industrialização da construção civil.

empreiteiras construirão, com pagamento à vista para os vendedores de terras. Desta vez, além de isenção fiscal para as construtoras, o plano favorece os especuladores que podem dar o seu preço para as terras e receber no ato!

Nem sequer a outra vitrine do plano consegue ser executada: gerar empregos e movimentar a economia neste

tempo de crise. Lula mais uma vez traz a velha tática de gerar emprego através da construção civil, como no PAC. Não se trata, porém, de desenvolver a industrialização da construção civil. Mas de aproveitar-se de sua facilidade em gerar um grande número de empregos mal remunerados (a maioria das construtoras trabalha com “tarefeiros”, trabalhadores intensamente explorados e que recebem por produção) e, o pior de tudo, temporários, pois a demanda por mão de obra para o plano não vai passar de três ou quatro anos.

Aliado a tudo isso, o programa aparece encabeçado pela atual Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Desconhecida da maioria do público, Dilma é economista e entrou no PT só em 2003, quando fazia parte do governo de Olívio Dutra no RS pelo PDT. Associar o plano a ela é uma forma de alavancar sua candidatura à presidente, e fazê-la posar como a criadora de 1 milhão de casas, saindo do total anonimato para a maioria do povo.

Ainda que o plano consiga cumprir as metas em 2 anos – coisa que o próprio governo acha difícil – o que nos restará dele é o que o capitalismo tem a oferecer à classe trabalhadora: ser jogada mais uma vez para longe dos grandes centros, com uma habitação precária e endividada pelo “sonho” da casa própria.

MINHA CASA, MINHA “DILMA”.



O Sindicato dos Estudantes

Grêmios estudantis organizam-se como sindicatos de estudantes.



Diversas manifestações foram realizadas para protestar contra o aumento na passagem dos ônibus. Milhares de estudantes se concentraram em frente a prefeitura e também nas ruas próximas ao terminal central de Joinville. As empresas contrataram seguranças particulares, mas apesar da revolta popular, os protestos foram pacíficos.

Manifestações em Joinville organizadas pelos "Sindicatos de Estudantes".

João Diego Leite

diegopunk_ot@yahoo.com.br

“Quem organiza essa manifestação é o sindicato dos estudantes: o grêmio estudantil do Médici.” Estas foram as palavras de Johannes Halter, 17 anos, presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Presidente Médici, em Joinville, SC, ao iniciar a paralisação de sua escola. Suas palavras expressam o que pretende o Grêmio Estudantil no qual participa. Como verdadeiros sindicalistas fazem piquete na porta da escola, organizam formação com os estudantes e tem como objetivo principal desenvolver a “consciência de classe” dos estudantes.

Como diz Iago Paqui, vice-presidente do grêmio estudantil: “Precisamos

mostrar para cada estudante, que a maioria que estuda em escola pública é filho de trabalhador, de operários. Que o capitalismo lhe tira o direito a uma vida digna e a um futuro. Não lhe concedendo o direito a educação e ao lazer.” Para eles esse é o papel do grê-



Os grêmios constituídos dessa forma pelas ONGs e pelas diretoras de escola não organizam os estudantes para combater a raiz dos problemas, que é a falta de verbas.



mio estudantil. Organizar a luta dos estudantes por suas reivindicações seja pela: escola pública, pelo passe-livre e pelo socialismo.

O capitalismo esgotou todas as possibilidades de um futuro para a juventude. E o socialismo é a sociedade em que os meios de produção - fábricas e terras- estarão a serviço de todos, não de uma minoria que suga o sangue dos trabalhadores para sustentar seus privilégios – explica Halter.

Por isso nos dias 15, 18 e 19 de maio o grêmio estudantil do Médici – Sindicato de Estudantes - esteve sempre presente com centenas de estudantes nas manifestações contra o aumento das passagens de ônibus decretado pelo prefeito Carlito Mers (PT-SC).

UM POUCO DO HISTÓRICO

Em 1948, foi fundada UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), fruto da luta do movimento secundarista que já vinha organizando-se desde década de 30. No estado de São Paulo e do Rio de Janeiro os estudantes organizavam a luta pela meia-passage e pela meia-entrada. Nesses estados formaram-se entidades municipais e estaduais dos secundaristas, a partir dos grêmios estudantis.

Desde então, o movimento secundarista tem mostrado uma grande disposição para a luta. Na década de 50, o movimento secundarista fez manifestações contra o envio de tropas à Coreia. Também participou do combate a ditadura militar e do fora Collor. Nos últimos tempos, seu papel tem sido muito importante nas lutas associadas ao transporte. Por todo o país, os secundaristas são os que mais têm participação nas mobilizações.

NOSSA ÉPOCA

Hoje, as ONGs, Diretoras de escola orientadas pelos governos e a Mídia tem uma concepção muito diferente da que tem os estudantes organizados do Grêmio do Médici que seguem a tradição revolucionária dos secundaristas. Os burgueses e pequeno-bur-

gueses articulam os estudantes para formar grêmios com objetivo de fazer Rifas para comprar coisas para a escola, pintar a escola, dar aulas de reforço – ou até aulas no lugar de professores! São escolas de pelegagem. Os grêmios constituídos dessa forma pelas ONGs e pelas diretoras de escola não organizam os estudantes para combater a raiz dos problemas, que é a falta de verbas. Em nenhuma escola com esse perfil de grêmio estudantil é feito o debate que no tempo atual, por exemplo, o governo está retirando milhões dos cofres públicos para dar aos bancos, enquanto a educação pública cai aos pedaços. Isso seria um importante debate. Afinal, precisamos discutir com os estudantes. Por que pagar a rifa e fazer todas aquelas campanhas de arrecadação de fundos para a escola, se nós pagamos impostos? Poderíamos fazer um ato na frente da Secretária da Educação, exigindo verbas, por que não? Aí temos um problema, um grande! Que é o fato de a diretora estar na escola a mando do governo e as ONGs receberem dinheiro dos governos. Eles não podem entrar em choque com seus patrões. Logo não podem organizar Grêmios de luta.

UM SINDICATO OU UMA ONG?

O grêmio estudantil do Presidente Médici tem demonstrado qual é o verdadeiro papel de um grêmio estudantil. Conscientizar os estudantes para a luta pelos seus direitos, por Educação Pública e Gratuita de qualidade para todos em todos os níveis e por uma sociedade socialista. Devemos desenvolver esse debate em todas as escolas que participaram dos atos contra o aumento da passagem. A luta ganhará cada vez mais força quando todos os estudantes secundaristas estiverem com seus grêmios organizados como instrumentos de organização da luta pelo passe-livre, pela Educação Pública e Gratuita para todos e pelo socialismo!

Viva os estudantes do Médici e seu Grêmio: o Sindicato dos Estudantes!

Novo vestibular unificado é um ataque à autonomia universitária e à universalização

Artigo publicado no site da UNE é uma falsificação dos fatos para defender a política do governo e desvirtuar a luta por vagas para todos.



Fábio Ramirez

faboramirez.com@gmail.com

Assim que o Ministério da Educação, no dia 8 de abril, lançou a proposta do novo ENEM (Exame Nacional de Avaliação do Ensino Médio) como sistema unificado de seleção para o Ensino Superior (junto com uma enganosa propaganda de que o vestibular acabou) os dirigentes da UNE e da UBES se lançaram em uma jornada com pronunciamentos na mídia e artigos que falsificam até os dados oficiais para tentar justificar a sua defesa da política do governo.

A UNE/UBES aparenta viver uma crise de identidade e parece que esses dirigentes possuem mandato para defender os interesses do Planalto e não dos estudantes. Assim se comporta um artigo publicado no site oficial das duas entidades¹. O artigo assinado por Rafael Chagas, diretor executivo da

UNE, começa explicando o novo sistema: “Sempre defendemos uma nova forma de acesso e entrada nas universidades brasileiras. Isso sempre fez parte de um projeto de sociedade justa e libertária.” Mas o novo projeto de unificação do vestibular avança como um “projeto de sociedade justa e libertária”?

Creemos que não. No novo sistema de acesso, apenas se substituiu a prova de vestibular local por uma prova de vestibular nacional, que deixa de se chamar vestibular e passa a se chamar ENEM. Mas continua sendo uma prova com a função de ranquear os “melhores” que passarão no estreito funil. Na prática um vestibular.

Praticamente nada se altera. Antes, com o tradicional vestibular a maioria dos jovens ficavam de fora da universidade por conta de não existir vagas suficientes. Agora, com o vestibular unificado na figura do ENEM, continuarão os mesmos milhares de fora da

universidade, pois a proposta do governo não cria uma só nova vaga!

Em uma “sociedade justa e libertária” todos deveriam ter acesso à educação, mas parece que nossos companheiros dirigentes da UNE pensam o contrário.

Mais à frente o artigo explica que “Do ponto de vista do acesso, a proposta amplia e democratiza a entrada dos e das estudantes no ensino superior.” Dizer que a proposta “amplia e democratiza a entrada dos estudantes no ensino superior” é na melhor das intenções uma mentira, pois o projeto não traz a construção de novas salas e novas universidades, não se amplia nenhuma vaga!

Como democratizar o acesso, se a maioria esmagadora dos jovens não consegue ter acesso à universidade? Só há uma fórmula de democratizar o acesso: vagas para todos.



o projeto não traz a construção de novas salas e novas universidades, não se amplia nenhuma vaga!

Como democratizar o acesso, se a maioria esmagadora dos jovens não consegue ter acesso à universidade? Só há uma fórmula de democratizar o acesso: vagas para todos.



Mas o pior é quando o artigo diz: “Um ponto importante de se destacar é que o desempenho dos e das estudantes nas escolas públicas no ENEM é igual ou superior aos dos/ das estudantes nas escolas particulares.” Igual ou superior? De onde se tirou

isso? Continua: “Isso inverte a lógica dos vestibulares tradicionais contendedísticos que por sua natureza geram desigualdades de participação, onde prevalece a lógica financeira.” Em que mundo?!

A “lógica financeira” continuará ditando quem entra na universidade pública. O pouquíssimo número de vagas continuará exatamente o mesmo. Portanto, terão direito à vaga os que se posicionarem melhor no “ranqueamento” do ENEM. E esses continuarão sendo na maioria dos casos os que estudaram nas melhores escolas e nos melhores cursos pré-vestibulares. Os pobres e filhos da classe trabalhadora continuarão fora da universidade.

E o artigo continua: “Essas mudanças de estrutura no acesso permitem uma maior entrada de estudantes das nossas escolas públicas e de jovens oriundos das classes populares no ensino superior.” Para o diretor da UNE os resultados do ENEM demonstram que os estudantes das escolas públicas têm os mesmos, ou melhores, resultados dos estudantes das escolas particulares, e, portanto, no novo sistema os pobres terão mais chances.

Mas vejamos o que diz os dados oficiais: Segundo o Inep (instituto de pesquisa ligado ao MEC) “Levando-se em conta os 10% das melhores notas no Enem, chega-se a 1.917 escolas -- dessas, 92% são particulares. Entre as públicas, aparecem duas escolas técnicas municipais, 83 escolas federais (sendo 48 técnicas) e 66 estaduais, das quais todas pertencem a uma minoria do sistema -- são ou de ensino profissionalizante ou cobram mensalidade.” (FSP 29/04/2009)². Mais claro impossível! Segundo dados oficiais, 92% das melhores escolas no ENEM são particulares, os números desmascaram a falsificação desesperada do artigo, que inventa fatos para tentar defender a política do governo.

Nosso caminho é a luta e a organização da juventude ou nada vai mudar.

(1) http://www.une.org.br/home3/opiniaio/artigos/m_14596.html

(2) <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u557845.shtml>

Comemorar, para não mobilizar...

Em tempos de crise, o Dia Internacional do Trabalho foi marcado por intensas mobilizações em quase todo mundo.



Ato-Show da CUT em São Paulo não serve pra nada.

Fabiano Stoiev

fabianostoiev@brturbo.com.br

Milhões de pessoas saíram às ruas para protestar em lugares tão diferentes como a França, Áustria, Espanha, Japão, Filipinas, Taiwan, Indonésia ou Iraque. Confrontos com a polícia foram registrados na Alemanha e Turquia. Em todos eles, o tema principal foi a luta contra o desemprego.

No Brasil, as centrais sindicais também organizaram atividades para comemorar o 1º de Maio. Mas em São

Paulo, os Atos foram de shows, sorteios e prestação de serviços.

Animadas pelo padre Marcelo, cerca de um milhão de pessoas aguardavam a oportunidade de serem agraciadas com um dos vinte carros sorteados no evento organizado pela Força Sindical. Quando tocaram no assunto da crise, os sindicalistas da Força exigiram a prorrogação da redução do IPI para os carros e incentivos fiscais. Nenhuma dessas medidas evita as demissões de fato, mas os empresários iriam adorar.

A CUT, maior central do país e liga-

da à história de um sindicalismo combativo, viu seus dirigentes paulistas pedir cortes na taxa de juros, como se isso resolvesse qualquer coisa para os trabalhadores.

Essas centrais estavam afinadas com o discurso do Governo Federal, assegurando que a retomada do crescimento está ali na esquina. Mas o papel



No RJ, um primeiro de maio “cidadão” viu doações de sangue, feitura de documentos, sorteios e shows além de um inédito grupo de carecas distribuindo um panfleto com a cara de Che Guevara crivada de balas e onde se lia “morte aos comunistas”.



da CUT não é tapar o sol com a peneira. Os números indicam que estamos apenas na beira do precipício, e não no seu fundo. A tarefa da CUT é mobilizar em defesa dos empregos.

Os Atos convocados pelo Conlutas foram extremamente esvaziados. O PCO fez o seu próprio Ato dentro de um auditório, em SP.

Os militantes da Esquerda Marxista, presentes nos atos do 1º de Maio em diferentes cidades brasileiras, distribuíram um panfleto exigindo uma Medida Provisória (MP) que proíba as demissões. O documento completa corajosamente: “Em nossa opinião, os sindicatos (...) devem se dirigir à CUT para que esta mobilize amplamente exigindo que Lula proíba as demissões já! (...) Uma mobilização dessas pode, inclusive, desencadear uma Greve Geral e poderia obrigar Lula a romper com a burguesia. Esta é nossa mensagem à juventude e aos trabalhadores e trabalhadoras neste 1º de Maio. Apesar da barbárie e horrores que o capitalismo nos tem reservado nos últimos 100 anos, ainda há saída: lutar pelo socialismo”.

Prefeito se lixa para o povo

Carlito Mers, Prefeito do PT, aumenta tarifa do transporte coletivo e enfrenta mobilizações de milhares de jovens e trabalhadores

Carlos Castro

castrodireito@yahoo.com.br

Carlito Merss (PT), recém eleito prefeito de Joinville (SC), atendeu ao pedido das empresas de transporte coletivo e concedeu o maior aumento de tarifa dos últimos seis anos (12,2%), elevando a passagem de R\$ 2,05 para R\$ 2,30 e a embarcada para R\$ 2,70. Carlito ignorou a posição do secretário responsável pela pasta do transporte, Nelson Trigo que informou o prefeito sobre dados irregulares na planilha, o mais grave relacionado à quantidade mensal de passageiros. “A diferença no mês de março chegava a mais de 150 mil passageiros”. Mas Carlito não lhe deu ouvidos e lascou o aumento nas costas dos trabalhadores. Em seguida, Trigo se demitiu do cargo.

O prefeito ignorou também o com-

promisso, firmado numa audiência com representantes de diferentes movimentos sociais, de que faria um Seminário sobre a situação do transporte em Joinville. Seriam convidados técnicos petistas, especialistas no assunto para ajudar a comprovar ou não os dados apresentados pelas empresas. Afinal de contas, como confiar em dados de empresas (Gidion e Trans-tusa) que monopolizam o serviço a mais de quarenta anos, sem fiscalização adequada?

De 100 fiscais que havia no sistema até quinze anos atrás, hoje esse número se reduziu há 14 fiscais. Por isso, os movimentos sociais também reivindicaram uma auditoria independente no sistema, posição aceita por Trigo. Mas Carlito não quer saber de auditoria. Apesar de que no passado o próprio Carlito Merss moveu um processo contra as empresas por mo-

nopólio ilegal. Mas nada disso pesou na decisão do prefeito.

MANIFESTAÇÕES EXIGEM A REVOGAÇÃO DO AUMENTO

A Frente de Luta pelo Transporte Público, frente única que luta pelo passe livre, por uma empresa pública de transporte e pela revogação do aumento, organizou diversas manifestações na cidade. Em 18 de maio milhares de estudantes tomaram as escadarias da prefeitura exigindo a revogação do aumento. O Presidente do Grêmio da Escola Presidente Médici e militante da Esquerda Marxista, Johannes Halter, conseguiu mobilizar todos os estudantes de sua escola para comparecer no ato. “Só vamos parar quando o prefeito revogar (o aumento da tarifa)” disparou. Estudantes das escolas Tuffi Dippe, Celso

Ramos e Paulo Medeiros, trabalhadores e diversas organizações populares estavam presentes. Adilson Mariano, vereador do PT e dirigente da Esquerda Marxista, coerente com sua história e seus ideais participou das manifestações.



Para Carlito, promessas de campanha são “besteira”

DECLARAÇÃO IMPULSIVIZ do prefeito concedida à imprensa tem provocado revolta e indignação dos joinvillenses

O Prefeito quer destruir o PT?

Barrar a privatização da cultura

Trabalhadores da Cultura devem continuar sua luta por mais verbas públicas e contra a Renúncia Fiscal.

Roberta Ninin

rocrisninin@yahoo.com.br

Trabalhadores da cultura e de grupos teatrais de São Paulo, organizados no Movimento 27 de Março, buscam a continuidade da luta pelas reivindicações da categoria após a vitoriosa ocupação das dependências da Fundação Nacional das Artes no dia 27/03 (ver JLC nº 20 ou no nosso site).

As mobilizações da categoria e o apoio de movimentos, organizações e mandatos da classe trabalhadora, obrigaram o Ministério da Cultura a receber uma comissão eleita para ouvir as reivindicações do movimento: mais verbas públicas para o Fundo Nacional de Cultura, com políticas públicas, transparentes e democráticas de distribuição de verbas para todo o país.

O Ministério da Cultura (MinC), depois de algumas negociações com a comissão, concordou em encaminhar a seguinte proposta de emendas para o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFIC): 1º - equalizar os recursos do Fundo Nacional de Cultura aos recursos da renúncia fiscal (abatimento nos impostos que a empresa deveria pagar para o Estado em troca de investimento em projetos culturais), e também estabelecer que seu montante não seja inferior a 50% do orçamento do MinC; 2º - criar programas setoriais para as artes, como o programa Prêmio Teatro Brasileiro com recursos anuais para núcleos artísticos, produção e circulação de espetáculos e de atividades teatrais. Ou seja, a proposta de emenda concentra-se em garantir através do FNC (Fundo Nacional de Cultura, que é parte do PROFIC) verba para os diferentes setores da arte e que essa verba destinada ao Fundo não seja inferior ao total destinado à renúncia fiscal. Mas deveríamos aceitar um projeto que mantém a renúncia fiscal? Um bilhão de reais são reservados à renúncia fiscal anualmente, destinando às grandes empresas, inimigas da classe trabalhadora, a escolha da produção cultural do país.



Ocupação da FUNARTE em 27/03 em defesa da Arte e dos Artistas.

Ora essa, se o MinC defende que o objetivo maior da “Nova Rouanet”, o PROFIC, é aumentar o fomento à cultura por meio do aumento da participação das empresas privadas, justamente fortalecendo a parceria público-privada (investimento público à



Um bilhão de reais é reservado anualmente à renúncia fiscal, destinando assim às grandes empresas, inimigas da classe trabalhadora, a escolha da produção cultural do país.



privilégios privados), quem sobressairá nessa queda de braço? Os trabalhadores da cultura não devem ceder!

Vergonhosamente, a renúncia fiscal, a Lei Rouanet, é o principal instrumento de fomento à cultura no país! Fundações, empresas e bancos, como

a Fundação Roberto Marinho, os bancos Itaú, Santander e Bradesco são sempre bem recebidos nas almofadadas negociações com o MinC, enquanto os trabalhadores da cultura quase sempre esperam do lado de fora do portão. Mesmo depois de o Movimento 27 de Março ser ouvido pelo Ministério e suas emendas encaminhadas, a reivindicação por política pública para a cultura com dotação orçamentária fixa e regras democráticas, estabelecidas em lei como política de Estado, não podem deixar de constar na pauta do dia. É importante que os trabalhadores da cultura compreendam que para se conquistar tal reivindicação é necessário que o governo rompa com a política de renúncia fiscal, com a Lei Rouanet. Pois, como já dissemos na Carta Aberta ao Ministério da Cultura, em 27/03, “Não se trata de maquiagem a Lei Rouanet (incentivo fiscal); trata-se de acabar

com ela em nome da cultura, do direito e do interesse público, garantindo-se que o mesmo dinheiro seja aplicado diretamente na cultura de forma pública e democrática”.

Os trabalhadores da cultura já se expressaram na ocupação da FUNARTE e na Carta Aberta (27/03), no Ato Unificado dos Trabalhadores em São Paulo (30/03) e no 1º de Maio, colhendo assinaturas para o abaixo-assinado EM DEFESA DA CULTURA: RECURSOS PÚBLICOS PARA A POLÍTICA PÚBLICA (<http://www.petitiononline.com/mov27mar/petition.html>). Neste momento, organizam seminários e discussões para melhor compreender e avançar na luta. É hora de mobilizar em torno da luta contra a renúncia fiscal em uníssono com toda a classe trabalhadora contra os ataques aos nossos direitos, seja de moradia, emprego, saúde, educação e arte.

VISITE O BLOG DO MOVIMENTO 27 DE MARÇO:

<http://movimento27demarco.blogspot.com/>

Direito de Punir

Governo e intelectuais fazem manifesto que anistia os governantes e generais mandantes de mortes e torturas.

Cynthia Pinto da Luz*
cynthiapintodaluz@terra.com.br

O período de ditadura militar – 1964 a 1985 – ficou profundamente marcado pelo desespero e dor para os brasileiros. Militares praticaram a tortura em presos políticos, executaram pessoas, estupraram mulheres e homens, ocultaram cadáveres a fim de esconderem seus crimes, dentre outras atrocidades.

O último general-presidente, João Baptista Figueiredo, enviou ao Congresso uma lei que anistiou acusados de cometer crimes políticos durante os “anos de chumbo”. A Lei da Anistia – aprovada em agosto de 1979 – beneficiou milhares de torturadores e garantiu aos militares a impunidade.

A partir da eleição de Lula, em 2003, o tema voltou à pauta com a expectativa de que o governo teria uma postura coerente, que, enfim, os fatos seriam apurados, os responsáveis identificados e punidos, construindo salvaguardas para que o passado jamais se repita. Porém o governo Lula se aquietou diante dos maus humores da caserna.

Dando vazão ao debate e premido pelo clamor de familiares e ex-presos políticos, o ministro da justiça, Tarso Genro, no final de 2008, achou um caminho lamentável. Declarou que não pretendia reabrir a lei da anistia, mas que não considerava tortura, desaparecimento forçado e violação de direitos humanos como crimes políticos, mas comuns e que, por isso, não poderiam ser beneficiados pela anistia. Achava assim um “desvio”.

Mas nem isso é aceito pelos reacionários de plantão. O ministro da defesa Nelson Jobim, gritou é preciso “colocar uma pedra sobre o assunto”.



“Abaixo a Ditadura” unificou a classe trabalhadora.

Mas, em apoio a Tarso Genro, juristas de reconhecimento nacional, jornalistas e intelectuais assinam um Manifesto que aceita o alcance definido pela Ditadura para a Lei de Anistia. Asseguram que o conteúdo da discussão é técnica, jurídica e que não se presta à revisão de leis, mas visa à punição de praticantes de crimes de tortura.

E estes intelectuais e juristas ousaram assinar este manifesto que afirma: “Tais crimes são, portanto, crimes de lesa humanidade, praticados à margem de qualquer legalidade, já que os governos da ditadura jamais os autorizaram ou os reconheceram como atos oficiais do Estado.”



E estes intelectuais e juristas ousaram assinar este manifesto que afirma: “Tais crimes são, portanto, crimes de lesa humanidade, praticados à margem de qualquer legalidade, já que os governos da ditadura jamais os autorizaram ou os reconheceram como atos oficiais do Estado.”



ram assinar este manifesto que afirma: “Tais crimes são, portanto, crimes de lesa humanidade, praticados à margem de qualquer legalidade, já que os governos da ditadura jamais os autorizaram ou os reconheceram como atos oficiais do Estado.”

Ou seja, devem ser punidos os ratos dos porões porque foram “atos ilegais”. Vergonha!

O governo Lula estabeleceu uma coalizão com o capital financeiro, que



Quem mandou a repressão massacrar o povo

bancou a Ditadura e criou uma aliança política que incorpora gente que era símbolo regime militar. Delfim Netto e José Sarney são conselheiros privilegiados de Lula e o PP (ex-ARENA) é da base aliada.

Os intelectuais que assinaram este Manifesto preferiram ser fiéis ao Governo que à verdade, à história e a honra militante. Curvaram-se frente ao decidido pelos militares que controlavam o Congresso e hoje continuam controlando o medo e a alma destes intelectuais e seus amigos políticos. Eles abandonaram os mortos e torturados a mando dos generais a serviço dos capitalistas brasileiros e do imperialismo norte-americano.

Esta tenebrosa aliança do governo Lula é que impede que os arquivos da repressão sejam expostos à luz do dia. O que se passou nos porões da Ditadura e os mandantes da cadeia hierárquica que comandava os instrumentos da tortura não podem ser revelados. O governo brasileiro prefere proteger criminosos que violaram os direitos humanos.

Não é desta forma que as entidades de defesa de direitos humanos enfrentam a questão. O MNDH promove campanha nacional – Direito à Memória, Direito à Verdade – com o objetivo de enfrentar o esquecimento sobre o período da ditadura militar, em favor da

memória e da verdade como um inalienável direito humano.

Propor a revisão da legislação significa punir os responsáveis pelos crimes praticados no período da ditadura. É propor que o país afirme com veemência uma posição clara: tortura nunca mais.

A postura do governo Lula, o discurso de Tarso Genro e dos seus amigos intelectuais envergonha nossa memória e desonra nossos mortos e torturados. Não basta responsabilizar torturadores, é preciso identificar os mandantes, aqueles que pensaram ideologicamente o processo da ditadura militar e da repressão.

Iniciativas como o Portal Memórias Reveladas e a portaria assinada pelo Executivo que determina a entrega de todos os arquivos da ditadura militar ao governo, também são frutos da pressão popular.

Porém, precisamos de mais. Precisamos de justiça, do exercício do direito de lembrar, do direito de punir, do direito à memória e à verdade. Tem que abrir todos os arquivos e punir os mandantes e torturadores!

“A única luta que se perde é aquela que se abandona” (Madres de Plaza de Mayo)

* Coordenadora Nacional de Organização do MNDH

Os resultados da eleição e a luta de classes na África do Sul

A classe trabalhadora da África do Sul votou de forma massiva no “Congresso Nacional Africano” (CNA) que, depois da virada à direita no governo de Mbeki (1999-2008), gira novamente à esquerda, contrariando os interesses dos capitalistas.



Zuma, presidente eleito, Mandela e Bebec, ex-presidente.

Alexandre Mandl

alexandremandl@yahoo.com.br

Muitos consideram que a eleição de 2009 foi uma das mais importantes para a história da África do Sul pós-apartheid, demonstrando que política sul-africana permanece marcada por uma luta racial e de classe.

Antes mesmo de Mbeki suceder Mandela no poder em 1999, o que tivemos até então foi a aplicação da política de ajuste estrutural e privatizações, e de ataque ao povo sul-africano.

Mbeki ganhou a simpatia do capitalismo global “falando à esquerda e caminhando à direita”, tentando criar uma “burguesia negra” com uma política de cooptação e aplicando planos econômicos imperialistas em toda África, por meio das empresas mineiras sul-africanas. No entanto, esta política provocou tensões e divisões dentro do CNA, e também entre o governo e outros partidos coligados - o COSATU (Conselho

dos Sindicatos Sul-africanos) e o PCSA (Partido Comunista Sul-Africano).

O COSATU convocou uma série de greves gerais que refletiam a raiva dos trabalhadores contra a política do governo que eles elegeram. Dentro do PCSA também havia fortes críticas ao governo do CNA. Porém, na prática, os parlamentares do PCSA apoiaram a política de Mbeki, inclusive com ministros no governo.



Para forçar o giro à direita, o governo Mbeki começou a utilizar as estruturas do Estado para acabar com os focos de esquerda no governo. Nenhum método foi economizado.



Para forçar o giro à direita, o governo Mbeki começou a utilizar as estruturas do Estado para acabar com os focos de esquerda no governo. Surgiram calúnias contra o líder do PCSA, Nzimande, assim como acusações de estupro e vendas de armas envolvendo Zuma, adversário de Mbeki no CNA.

Devido ao giro à direita, não é de estranhar que durante o mandato de Mbeki, a classe trabalhadora sul-africana, base do CNA, perdesse a paciência com a direção da legenda. Por isso, no Congresso do CNA de Polowkane, em 2007, o grupo de Mbeki foi derrotado. Seus partidários formaram então o “Congresso do Povo” (COPE). Os partidos de direita esperavam que esta cisão prejudicasse o CNA. Mas as eleições de 2009 deram uma lição a todos estes populistas de direita. Com a cisão do CNA, a classe dominante esperava destruir seu domínio eleitoral e formar uma nova coalizão de governo entre o recém formado COPE e o AD (Aliança Democrática), ou ao menos ter uma oposição forte que neutralizasse qualquer perigo de um giro à esquerda de um governo do CNA.

Em lugar de dividir o voto do CNA, o COPE dividiu o voto da classe média e dos fundamentalistas cristãos, conseguindo pequenos resultados nacionalmente (7,43%). Não conseguiu apoio da classe operária, confirmando, assim, a derrota de sua direção no congresso do CNA. Porém, converteu-se no partido oficial de oposição em quatro províncias.

Os trabalhadores e os pobres, uma vez mais, votaram em massa no CNA, mas com a expectativa de uma mudança política, de um giro à esquerda. Na realidade, ainda que a porcentagem de voto do CNA tenha diminuído ligeiramente, o número total de votos cresceu (apesar da cisão), chegando a 11,6 milhões (foram 10,8 milhões em 2004). A AD celebrou vitória, por ter conseguido 16,66% dos votos, fazendo com que o CNA não conseguisse uma

maioria parlamentar de dois terços. Sua campanha centrou-se nos temores da influência “comunista” sobre um governo negro.

Na verdade, os pobres estiveram contra o projeto desenvolvido pelo regime de Mbeki na última década. Zuma, o novo presidente eleito pelo CNA, depois das eleições, trata de acalmar os capitalistas. Mas não se pode servir a dois amos. Se o novo governo do CNA quiser contentar as grandes empresas, logo entrará em conflito com os trabalhadores, que se expressarão através do COSATU e o PCSA.

A tarefa dos marxistas na África do Sul é começar uma luta séria para desenvolver um programa socialista. Uma coisa ficou evidente nestes últimos quinze anos de democracia burguesa e de governo do CNA: os problemas que as massas de trabalhadores na África do Sul, sofrem - como o acesso à terra, à moradia, à educação e à previdência, e que estão relacionados com a discriminação racial - não podem ser resolvidos dentro dos limites do capitalismo. Só há uma solução: a expropriação dos meios de produção, baseado em um plano de produção sob o controle dos trabalhadores, que comece a abordar os problemas da falta de moradia, pobreza e desemprego que atingem milhões de sul-africanos.



É preciso mudar tudo para salvar o povo.

MNS realiza ato nacional contra o racismo e o racialismo

Dia 16 de maio de 2009 entrou para a história do movimento operário e democrático na luta contra o racismo e o racialismo. Convocados pelo Movimento Negro Socialista mais de 100 militantes anti-racistas negros, sindicalistas, lideranças do movimento popular e parlamentares, realizaram protesto histórico nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.

Justamente na semana do dia 13 de maio (abolição da escravidão) os presentes reafirmaram a luta contra as leis raciais (Projeto de Lei das cotas raciais PL 73/99 e PL 6264/05 “Estatuto da Igualdade Racial”). Os dois projetos estavam tramitando em silêncio pelos caminhos tenebrosos do Senado (cotas raciais) e da Câmara (Estatuto da Igualdade Racial). A intervenção do MNS e de um amplo setor de intelectuais, artistas e militantes marxistas obrigou a que a discussão viesse a luz do dia. E nesse terreno estas políticas racistas perdem feio como mostram todas as pesquisas populares.

A primeira oradora foi a estudante Estéfane Emanuele, da UFMT. Logo depois o vereador do PT de Joinville-SC, Adilson Mariano, lembrou que “a luta pela igualdade e contra o racismo não podem estar separadas. A luta pelas reivindicações é a mesma luta contra a opressão e com certeza o racismo é uma das principais ideologias das elites para dividir o povo trabalhador”.

Militantes históricos, como o advogado José Roberto Militão, lembraram a importância histórica do Ato: “Foi neste local que, em 1978, cercados de policiais centenas de militantes negros despertaram em mim e em toda uma geração a compreensão da luta anti-racista (...). Quero também lembrar a posição e a coerência da luta de Malcolm X, que nos EUA levou ao desenvolvimento de sua posição, inclusive chegando a ficar contra as políticas de ações afirmativas, o que custou sua vida, levada

por assassinos “racialistas” negros dos EUA.”

Também Almir da Silva Lima, jornalista de Macaé-RJ, militante desde 1974 do movimento negro e fundador do MNU (Movimento Negro Unificado), denunciou os militantes que abandonaram a luta pela igualdade em troca de cargos em governos ligados a fundações bilionárias geridas pelo grande capital internacional e que controla milhares de ONGs. “Eles abandonaram a luta pela igualdade e pelo socialismo”, alertou Almir.

Roque Ferreira, vereador pelo PT em Bauru-SP e coordenador nacional do MNS, denunciou o Estatuto da Igualdade Racial que pode aprofundar o racismo que hoje já existe: “A terceirização levou à demissão de milhares de ferroviários que em sua maioria são negros, e agora muitas dessas ONGs que defendem as cotas raciais são patrocinadas por empresas que fizeram essas demissões. Não é possível uma política de inclusão em um sistema que todos os dias exclui.”

O ânimo dos participantes era de muita combatividade. As pessoas que passavam ouviam e aplaudiam os oradores entusiasticamente. Serge Goulart, dirigente da Esquerda Marxista, declarou



Plenário da 4ª Reunião Nacional do MNS.

“Não existe ‘raças humanas’. A única divisão na sociedade é aquela que separa os que tudo tem daqueles que só tem as correntes da exploração para quebrar. Nós lutamos por uma sociedade onde todos tenham igualdade de fato, nós lutamos pelo socialismo.”

Encerrando o ato, o coordenador nacional do MNS, José Carlos Miranda, afirmava: “Companheiros, amigos e apoiadores realizamos 3 reuniões nacionais sem financiamento de nenhum governo ou ONGs. Nossas atividades são financiadas por nossos apoiadores, por sindicatos, associações, ou seja, temos total independência para continuar a luta por nossa plataforma e bandeiras de luta. Logo mais à tarde, realizaremos nossa 4ª Reunião Nacional e com certeza continuaremos firmes e con-

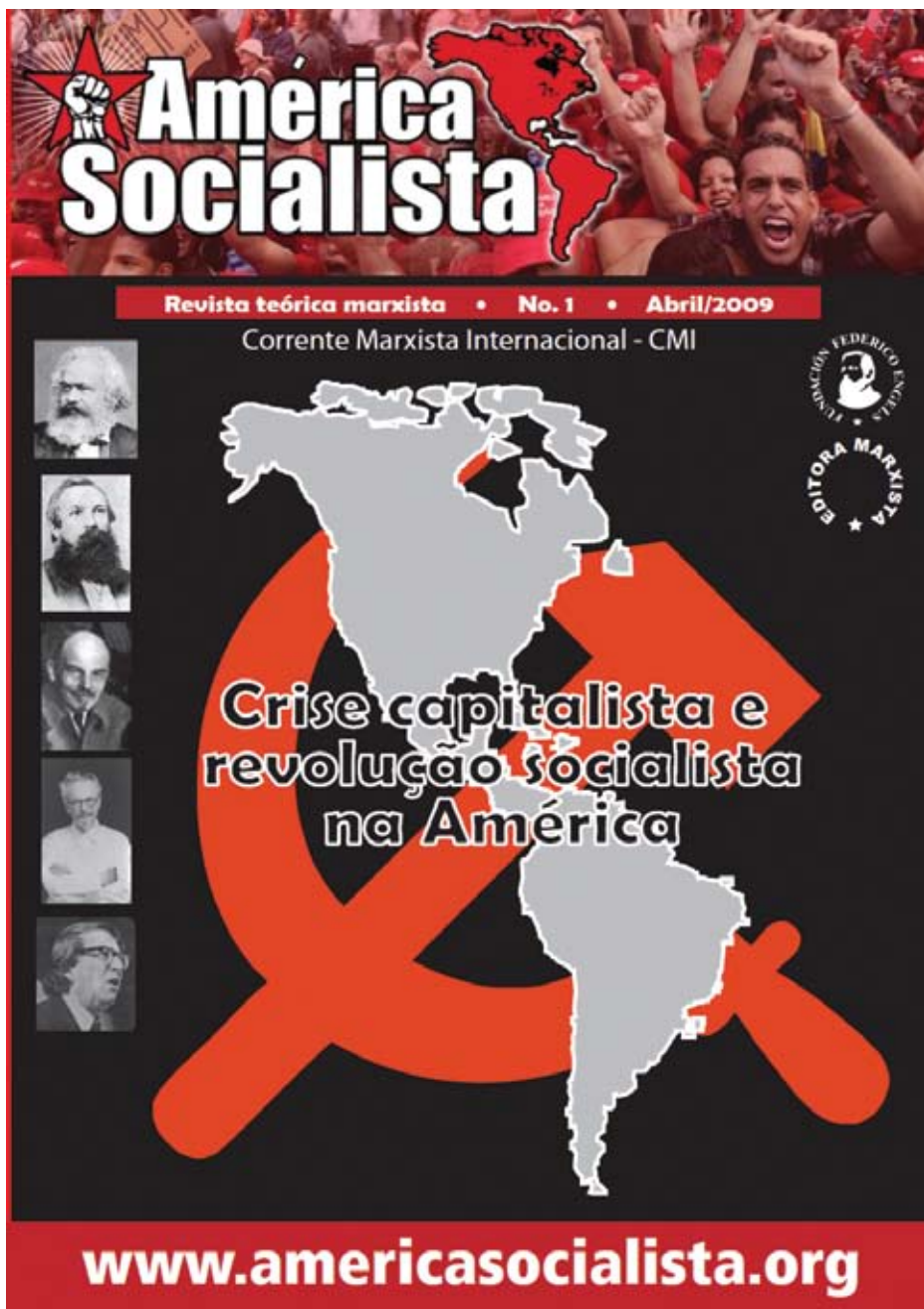
fiantes no combate contra essa odiosa ideologia do racismo criada por falsas teorias científicas. Os homens e mulheres aqui presentes carregam o legado de todos aqueles que lutam por igualdade e por uma sociedade sem explorados e exploradores. A nossa luta é por vagas para todos, por serviços públicos gratuitos e de qualidade, por trabalho igual salário igual, por emprego e salário digno, pelo fim da truculência policial nas periferias, principalmente contra a juventude. Nós lutamos pelo fim de toda opressão e exploração. Nós continuamos convictos que ‘racismo e capitalismo são faces da mesma moeda.’”

Pouco antes do meio-dia, os participantes saíram em passeata pelo “calçadão” do centro de São Paulo até o local onde seria realizada a 4ª Reunião Nacional.



Um ato vitorioso e forte contra o Racismo e o Capitalismo.

Revista América Socialista



Depois das edições em espanhol e em inglês, acaba de ser lançada em português a primeira edição da revista teórica da Corrente Marxista Internacional, “*América Socialista*” cujo título é “*Crise Capitalista e Revolução Socialista na América*”.

Só o fato da elaboração da revista ter sido resultado do esforço de militantes marxistas de diversos países das Américas já justificaria o interesse na publicação. Mas a revista é muito mais do que isso...

Os dois primeiros textos da revista oferecem um quadro geral para reflexão. Alan Woods analisa a atual crise capitalista e as enormes perspectivas de ação para os marxistas, que dela decorre: “*será um período de enorme instabilidade, um período de revolução e contrarrevolução que pode durar anos com altos*

e baixos (...). Ideias que eram escutadas apenas por pequenos grupos encontrarão uma audiência de massa”.

Já o texto do companheiro Luís Enrique Barrios situa os efeitos da crise sobre a América Latina. As políticas de abertura econômica e de privatizações nas últimas décadas farão com que a crise adquira proporções ainda mais graves nesta parte do continente. Ao mesmo tempo, a crise tende a aguçar ainda mais a combatividade revolucionária dos trabalhadores latino-americanos.

Combatividade revolucionária que explica a vitória e a permanência da Revolução Cubana, que completa 50 anos. Este é o tema de Jordi Martorell, que explica como as reivindicações democráticas e de

soberania nacional em Cuba só puderam ser alcançadas através da adoção de medidas revolucionárias socialistas de expropriação do capital. Da mesma forma, Martorell sustenta que para derrotar aqueles que dentro e fora de Cuba querem acabar com a Revolução, só a ação do povo cubano e o avanço da classe trabalhadora em escala internacional podem ser eficazes.

Nos artigos a “*Batalha de Inveval*” e “*Para onde vai a Revolução Venezuelana*” os companheiros da CMR (seção venezuelana da CMI) salientam as possibilidades e contradições existentes no país de Hugo Chávez. A necessidade do fator subjetivo, ou seja, da organização independente e revolucionária da classe trabalhadora, é o ponto crucial do qual depende o êxito ou fracasso da Revolução.

O fator subjetivo também é o tema dos excelentes artigos sobre Bolívia e El Salvador. Neste último país, a vitória recente nas eleições presidenciais da FMLN – antigo movimento guerrilheiro salvadorenho – abre novas perspectivas para o reforço de uma política marxista diante de uma conjuntura de avanço da esquerda. Aliás, a virada à esquerda na América Latina faz com que mesmo na Colômbia – país de governo ultrarreacionário e totalmente submisso aos EUA – tenha havido uma agudização da luta de classes, como relatam os companheiros Julio Breton e William Sanabria.

Mas não apenas na América Latina há novos ventos de luta! John Peterson, da seção estadunidense da CMI, nos descreve no artigo “*EUA e a revolução pan-americana*” o contexto que se abre pós-Obama e pós-crise: “*Durante muitas décadas, para muitos parecia que a classe trabalhadora dos EUA estava como que ‘subornada’ pela burguesia(...). Este período começa a chegar ao fim*”.

A contribuição do Brasil à revista está presente em ótimo artigo de José Carlos Miranda. Miranda explica a luta do Movimento Negro Socialista, tanto contra o racismo como contra as políticas racialistas que querem dividir em “raças” o povo brasileiro.

Por fim, “*América Socialista*” resgata um atualíssimo texto de Trotsky “*A indústria nacionalizada e a administração operária*”. Texto voltado para a formação política, mas que serve também como uma homenagem ao grande revolucionário. Boa leitura a todos!

Conheça a Livraria Marxista



Desde o dia 18 de março, a Livraria Marxista está de portas abertas em São Paulo, próximo à Praça da Sé, no centro de São Paulo. Nessa mesma data, no ano de 1871, teve início a insurreição operária em Paris que culminou com a tomada do poder pelo proletariado, a Comuna de Paris. Escolher essa data para a inauguração de nossa livraria foi também uma forma de render homenagem aos trabalhadores que lutaram e tombaram nessa experiência definida por Marx como o “assalto ao céu”.

A Livraria Marxista é uma iniciativa da Esquerda Marxista, e está dedicada à literatura política, social, científica, artística e cultural relacionada com o movimento operário e internacional.

Em um só local uma rica seleção do que já produziram aqueles que reivindicam a esquerda socialista, os intelectuais com preocupações sociais e os militantes operários de todas as sensibilidades.

Há obras clássicas do marxismo e atuais, livros, revistas, jornais, CD’s, DVD’s, camisetas e acessórios.

